

Gazeta de Braga

PUBLICA-SE ÀS TERÇAS E SEXTAS FEIRAS.

Proprietario, Redactor principal e Editor responsavel — o bacharel Augusto Clemente de Souza Geão.

Subscreve-se		Custa		
Por um anno	28600 — COM ESTAMPILHA.....	28880	NUMERO AVULSO	40
Por seis mezes	18300 — COM ESTAMPILHA.....	18440	ANNUNCIO POR LINHA.....	30
Por tres mezes	700 — COM ESTAMPILHA.....	820	REPETIÇÃO.....	25

Assigna-se e vende-se n'esta typographia, Rua Nova n. 42. — Correspondencias d'interesse particular são pagas. — Toda a correspondencia deve ser dirigida ao escriptorio da redacção da Gazeta de Braga, Rua Nova n. 42 — Quando os escriptos forem de natureza, que impliquem responsabilidade, é necessario reconhecimento de tabelião. — As assignaturas serão pagas á recepção do 4. numero.

NUM. 20

SEXTA FEIRA 3 DE FEVEREIRO DE 1835.

.I ANNO

GAZETA DE BRAGA.

A IMPRENSA.

Hoje por esta palavra *imprensa* designamos toda a expressão do pensamento, em livros, brochuras, pamphletos, jornaes, &c. tudo quanto está ao alcance da intelligencia; isto é, tudo que existe e que tem existido, em todos os tempos e em todos os logares; o mundo conhecido e o desconhecido; a vida real e a ideal; tudo que a imaginação concebe; tudo que a reflexão julga; tudo que as linguas nomeiam; tudo, finalmente tudo pertence ao poderoso dominio da imprensa.

A imprensa é pois o que?....
A palavra *imprensa* o que é, senão... o facto material pelo facto moral!....

E ainda ha quem amaldiçoe a imprensa? Ainda ha quem a queira aniquillar?

A realisação deste ominoso e retrogrado pensamento seria hoje, em pleno seculo XIX; hoje, no seculo de Victor Hugo, de Pelletan, de Thiers, de Luiz Napoleão Bonaparte e de tantos outros escriptores celebres e contemporaneos, seria, repetimos, um facto impossivel por todo e qualquer lado, que se encare tal ideia!

E como seria possivel realisar-se esses mesmos, que a proclamam e admittem, julgam os livros necessarios, obras de sciencias, artes, historia, poesia, &c.! Mas a imprensa politica?....

Se a imprensa, em geral, é uma condição necessaria de todo o progresso moral dos homens, a imprensa politica deve ser igualmente necessaria ao progresso e desenvolvimento de todas as instituições politicas, de uma sociedade!

Vamos citar alguns exemplos que julgamos a proposito, para melhor desenvolvermos esta ideia!

Lord Byron no seu bello poema *Darkness*, (As trevas) apresenta-nos um exemplo, que mostra, em toda a sua plenitude, a importancia e a utilidade da nobre invenção de Gutenberg!

O illustre poeta inglez revela-nos o seu elevado genio, ao mesmo tempo, que nos dá a conhecer a importancia do assumpto que vamos tratar!

Suppõe que, uma manhã, o sol obscurece ou se esconde, de modo que ficamos submersos na mais profunda escuridão e para sempre!

Opera-se, desta forma, uma terrivel revolução na natureza: as aguas sahem fóra dos seus lemites; a terra torna-se esteril; o homem, o rei da criação, segundo Buffon,

Bossuet e outros muitos, o homem assusta-se terrivelmente com as trevas e com a fome; procura luz e alimento; não consegue este, mas alcança aquella, devasta, queima, incendeia tudo que encontra, as cidades transformam-se em vastos incendios; as nações confundem-se, aniquilam-se, cada um só trata da sua conservação; pouco a pouco a propria humanidade desaparece; e, no meio desta horrivel solidão, dois homens se encontram, se avistam, fugindo das cinzas ainda fumegantes de um vasto incendio! Um d'elles levanta o facho inflamado que leva na sua mão, e á sua claridade palida e baça reconhece na sua frente um outro homem!... No mesmo momento, apaga rapidamente essa luz, que ainda conserva, amaldiçoa-a, esconjura-a, por ella lhe fazer ver, que ainda vive um outro ser, um outro ente, igual a elle, e treme de susto ao lembrar-se, de que talvez não haja na terra alimento para os dois!...

O grande poeta, pintando-nos este horrivel quadro do mundo material, privado da luz, mostra-nos pouco mais ou menos, o que seria o mundo moral, se o sol da intelligencia se extinguisse de repente!...

Ainda mais: imaginai por um

momento que todo o laço historico, todo o pensamento desaparece, que as lembranças do passado se apagam, que se aniquilam todas as preciosidades que possuímos antiquarias, que ligam os seculos passados aos modernos; finalmente, que nos achamos privados de todas as riquezas do passado e sem meio algum de as obter jámais! Que terrivel desordem! Que vazio horrivel! Que embrutecimento universal!...

Organisai, n'um paiz qualquer, um governo, onde o voto nacional valha alguma cousa; tende eleições, camaras, discussões, &c., tomai para exemplo um estado qualquer, mas cujas instituições governativas sejam constitucionaes; suprimi a imprensa, e veris depois; vossa obra ficará sem nome, vossa organização sem garantias, vossos trabalhos sem movimento! Vossos oradores discutem: mas, sem o socorro da imprensa, sua voz ficará occulta, ignorada e morta! Vossos ministros propõem excellentes medidas; ficarão sem desenvolvimento! Vossas eleições apresentam o modelo da legalidade dos eleitores e dos eleitos, mas como se demonstrará tudo isto? Praticae todos estes actos, mas tudo ficará desconhecido para a patria e para o estrangeiro, se a imprensa os não

SECÇÃO LITTERARIA.

CLEMENTINA.

(FRAGMENTO DE UM ROMANCE ORIGINAL INEDITO.)

POR

A. B. de Moraes Leal-Junior.

OFFERECIDO

Ao illm.º snr. Augusto Clemente de Souza Geão — Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra.

(Continuado do numero antecedente)

IV.

No volver sombrio dos olhos que tinha mui rasgados, á flôr do rosto, e pretos de azeviche, algumas vezes coruscantes—lia-se-lhe um passado cruel, mas conjunctamente uma austeridade superior a quaesquer tor-

mentos possiveis. Tambem o denunciavam em lucha constante com magras dilacerantes as espessas e profundas rugas que lhe sulcavam as faces macilentas e de um ciorido rubro tostado já meio vencido pela amarelidão sepulchral! O nariz aquilino e mui saliente de bem talhado que era dava-lhe na elevação da espaçosissima e descalvada fronte um grupo de rugas tão pronunciado, que as rugas pareciam de caprichosa feitura para lhe imprimirem tambem no arqueado das sobraucelhas—sempre franzidas—aquella altivez e sobrepenho natural que já lhe notamos.—O rubor tostado, que lhe coloria o macilento das rugosas faces, era como que o fundo escuro em que realçava imponente e magestosa a veneranda belleza de suas longas e nevadas barbas, que, apesar de cerdozas, já lhe dobravam a delgaçadas e ondulantes sobre o peito. E o peito era-lhe mal guardado ao frio por uma simples camiza que trazia negligentemente descomposta, entrevendo-se-lhe bem pela abertura parte do torax tão descarnado, como as faces.

Sobre os hombros cahiam-lhe em gracioso desalinho espessos e finos cabellos, talvez mais nevados que as barbas, e como ellas ao capricho do vento que soprava impetuoso, varrendo as ruas.

Em volta da cabeça trazia atado com as pontas para traz um lenço de côr vermelha com xadrez preto, e posto como que á maneira de turbante, mas algum tanto empinado para meio do craneo que lhe reclusa de escaldado.

Mas posto nos hombros e descendo-lhe esguio até meio das pernas—pouco agasalhadas por umas calças de saragoça muito cossadas e já com alguns rasgões—cobria uns restos de capote de camello de côr duvidosa, ou de varias côres, se quizessemos tambem dar conta dos innumerados e mal cerzidos remendos que eram de fazendas diversas. . . remendos, que, apesar de muitos, ainda não era tantos como os rasgões. Na cintura trazia uma fxa que lhe dava algumas quatro voltas, subindo-lhe quasi a meio do peito e era de côr escarlata e de seda, por ventura boa em relação com os demais andrajos. De tiracoião via-se-lhe uma correia segurando-lhe um bernal de lona encerada em que parecia avultarem-lhe alguns livros. Arrimado a um varapau de zambujeiro e com a mão esquerda na fxa, assim o vimos, e o vio muita gente pizar descalço as mesmas ruas que outr'ora atravessava, ou cavalgando, ou reptreado em sua carruagem cortejando e sorrindo para todos.

Mas agora assim como o pintamos era elle tão respeitavel, ou talvez mais doque n'esse outro tempo de faustosa opulencia.

Mendigava? . . . Mendigaria. . . . Em Braga jámais o vimos estender a mão para alguem!

Ainda muito pevo se conservava á Porta do Castello discorrendo—uns ácerca da prisão do Salsa-Parrilha, outros commentando as poucas palavras, mas imponente apparição do nosso personagem, quando elle sahia da cadeia fumando em um cachimbo de gesso muito requemado, mas curto, quasi a fumegar-lhe por entre as barbas que no contorno dos labios tinha amarellecidas e tostadas.

Nos labios, que mal se lhe viam, percebiam-se-lhe ainda um carmim finissimo; e pairava-lhe constantemente sobre elles um sorriso de amargura terrivel.

Quando sahia da cadeia, notou-se que vinha turbado, não obstante os esforços que elle fazia para dissimular e reprimir as convulsões que o agitavam.

Todo elle tremia; alguem pensou que era de frio; mas não era. . . Era talvez colera! Nem ontra coisa podia ser. Sebastião d'Arriaga era o pae de Clementina.

(Continúa).

analysar, se a imprensa os não comentar, se a imprensa os não discutir!

Uma palavra mais: analyse todos os cantinhos deste mecanismo social e politico, que se chama governo livre: no cume, no centro, na base, em todos os seus fundamentos, só vereis a publicidade! E o que é a publicidade senão a imprensa!?

A necessidade da imprensa livre é pois essencial a toda a organização social!

E' esta uma verdade na qual estão de accordo todos os povos civilizados, porque todos os povos civilizados não podem ser senão liberais! Lieyès dizia ha hoje cincoenta annos: «A liberdade da imprensa é um sexto sentido, dado aos povos modernos!»

Um grande orador inglez exclamou recentemente em pleno parlamento: «Arrebatae-nos todas as outras liberdades, mas deixae-nos a da imprensa, e podeis estar certos que bem depressa recobramos todas as outras liberdades!»

E' um proverbio antigo em França: «A imprensa é um dos mais fortes poderes do estado!»

Lord Canning, quando ministro, pronunciou, uma occasião, em Liverpool, estas notaveis palavras: «Quando o parlamento está aberto, é com elle que governamos, isto é, pelo espaço de seis mezes, durante os outros seis, o governo passa para a imprensa!» Lord Canning foi sempre um dos apostolos da liberdade da imprensa; o profundo estadista inglez conhecia perfeitamente a força d'este motor do progresso e da civilização!

E' a intervenção activa e permanente do paiz, nos seus proprios negocios!

Todo o paiz civilizado intervem de duas maneiras, sobre a conducta do governo; nas épocas marcadas no seu código fundamental, pelos seus representantes; todos os dias pela opinião publica, manifestada pelo jornalismo!

Quando, depois de realisadas aspirações fecundas, que se tornaram formidaveis, o arrojado progresso vai retomando no mundo novo um lugar eminente; quando, já agora se dão alguns receios de vermos, cedo ou tarde, realisar um projecto nada favoravel a umas instituições preciosas, o qual pôde enfraquecer o engandecimento dessas instituições de recurssos valiosos, chamadas irmandades e confrarias, em cuja missão valedora se acham os melhores encargos: quando alguns partidarios das inclinações modernas, e alguns dos que as querem fazer triumphar, desejam vêr a tentativa seguir para a realisação do facto, qualquer reflexão que se exponha a respeito de tal assumpto, mesmo consignada com frequencia, é sem duvida digna de attenção, pois tem por objecto um negocio importante, em que se vê um interesse publico.

Sendo portanto tal assumpto, capaz d'interessar aos povos, e bem assim ao geral proveito d'elles; o fazer alguma dissertação sobre elle é tarefa muito digna de todos aquelles espiritos guiados sempre pela boa philosophia. Este assumpto já foi recentemente tractado na *Gazeta de Braga*. Dous artigos do meu illustradissimo amigo, Augusto Clemente de Souza Geão, o trouxe ás columnas da sua folha: mostraram as reflexões sensatas do escriptor consciencioso. Com judiciosa verdade n'aquelles artigos se fallou sobre as instituições, que tem soccorrido o particular no seu aperto e mingua, que os irmãos reune em uma situação de piedosa apparencia. N'essas reflexões ferventes do jornalista, cujas convicções são modestas, cujo raciocinio é lucido, vê-se stigmatizar a idea dos homens politicos; conhece-se a opinião do redactor contra os desejos da intenção; encontra-se enfim a boa razão, phrase exposta com criterio, o dizer acertado para se oppor a estas tentativas da actualidade.

Se esses direitos e discursar será attendido pelos legisladores, ou pelo governo d'este paiz, nao o podemos desde já dizer; mas que uma petição legal da imprensa, feita a favor da honestidade, merece ser respeitada pela intelligencia governativa dos magnates da republica, não soffre duvida.

O principal encargo d'elles é o robustecer as conveniencias publicas, collocando o fiel na balança de elevados poderes, em que fulgura a valvula de segurança das sociedades; e acção contraria a isto sem justificavel motivo é certamente deixar de cumprir um dever moral e justo.

Acceitem benignamente estas razões. O desprezo d'ellas faz abraçar talvez uma these destruidora; é mal feito abraçal-a ou expôl-a temerariamente: o fino esclarecido dos magistrados deve ser prudente, e com acertadas determinações acreditar o mandato em que os investiram.

E' preciso olhar pela gerencia das irmandades e confrarias, dizem alguns, é acto indispensavel.

Mas porque? Será porque essas instituições exijam semelhante proceder, porque as suas circumstancias queiram reforma de tal composição?

Não; então abandonem o intento; porque tem acção injusta, impraticavel para um governo serio, para um parlamento desejoso de não ver uma injustiça em frente dos fóros da independencia dos povos, uma insolencia até da peor ousadia contra a utilidade individual.

Contra isto não ha desculpas acceitaveis. As mais ardentes considerações de conveniencia governativa podem desvanecer e afrouxar perante a legalidade dos direitos; porque não ha nem é razoavel haver meio termo entre o querer realisar um intento illegal, e o respirar sempre as instituições particulares das sociedades.

Nada mais diremos por em quanto.

F. J. de Oliveira Lemos.

CORRESPONDENCIAS.

Cabeceiras de Basto 1 de Fevereiro.

(Cor. part. da *Gazeta de Braga*.)

Arguido o snr. Custodio Leite por consentir que em uma taberna do Arco se estivesse jogando até alta hora da noite, quiz finalmente mostrar-se agora sollicito e activo no cumprimento de seus deveres, como auctoridade.

Seria para louvar este zelo e sollicitude do snr. administrador, se com effeito fosse seu intento apanhar os verdadeiros jogadores, mas infelizmente não succedeu assim; foram procural-os a uma casa aonde não costumam reunir-se, e só depois de feita esta diligencia com todo o aparato e barulho, é que deram então busca á casa do taberneiro, Francisco Manco, verdadeiro covil dos jogadores.

O snr. Custodio Leite sabia perfeitamente que era na taberna do Manco e não em casa do estalajadeiro, José Avelino, que os jogadores se reuniam, porém, como o seu fim era vingar-se de José Avelino, por este ter querellado de s. s.º quando lhe mandou «tirar o trigo do campo em a noute de 26 de Junho do anno passado,» pouco ou nada lhe importava apanhar os jogadores de profissão.

E' assim que todos explicam este facto, e com razão censuram o snr. administrador.

A taberna do Manco está junto á casa do regedor do Aaco; á porta d'este é que os cabos de policia se reuniram, a fim de receberem as ordens para a diligencia; porque motivo pois se não deu primeiramente busca a esta taberna, quando é tida e conhecida, como ponto de reunião dos jogadores?

Diz-se, e eu assim o creio que foi para dar tempo a que os jogadores alli reunidos se podessem escapar.

A protecção dada ao taberneiro Manco é escandalosa, e todos sabem que se este tinha jogatina em casa era porque as auctoridades consentiam, pois não é de presumir que os snrs. administrador e regedor ignorassem este facto pela proximidade em que ambos estão da casa do taberneiro Manco.

Continúa o mau tempo, e mui grandes são já os estragos que tem causado este rigoroso inverno; todos os proprietarios mais ou menos se queixam dos prejuizos que tem soffrido.

Deus se lembre de nós.

Ponte do Lima 20 de Janeiro.

(Cor. part. da *Gazeta de Braga*.)

Adormeci n'um somno tam profundo, que julguei já mais despertar d'elle. E, a fallar a verdade, o tempo não pede outra cousa.

Todos os jornaes se tem occupado da inverneira que tem havido, por isso, e porque o que vemos continuamente não precisa lembrar-se, julgo desnecessario levar os leitores até esse ponto.

Por mais que aqui se busque não é possivel obter-se uma noticia exacta sobre a lonca pertença do snr. Manoel José Correa Lima.

Decerto o fizeram sciente da declaração que se acha na Secretaria das Justizas.

O que fôr ha de ver-se; e para então fallaremos mais detidamente n'este negocio.

Por enquanto é tollice laborar n'este campo; bem lhe basta, talvez, a correndora idea de ser elle tam cothecido, e do correr dos tempos não ter podido, até hoje, apagar a sua pagina negra.

Agora, que estou escrevendo esta correspondencia, lembra-me, que ainda lhe não disse, que a nossa villa vae ser illuminada.

Tem sido, na verdade, uma falta imperdoavel; porém, como já disse, ainda hoje despertei da lethargia em que estava.

Uma villa illuminada, não é lá qualquer coisa, é força confessal-o; porém eu desejava que a camara, a par d'esse grande melhoramento, fizesse marchar outros, que lhe estão annexos, e que, na proxima correspondencia citarei.

Mas, qual a razão, porque se não acceadem os lampeões?... não estão elles postos já nas differentes ruas? não está já arrematada a illuminação? e não se esperava que ella começasse no 1.º de Janeiro de 1865?

Tudo isto é uma verdade de que todos temos conhecimento; mas tambem é verdade, que o arrematante tem feito questão, por se collocarem dous lampeões n'alem da ponte, e elle só ter arrematado a illuminação na villa.

E' uma razão bem mesquioba, e que quadra sómente com certas e determinadas pessoas.

Ora ahí tem os leitores os motivos porque os lampeões se conservam em esqueleto e apagados pelas esquinas.

Quanto a mim direi, que a razão principal está na falta de actividade da camara.

Ao publico deixo o livre pensar sobre este ponto, para, certificando-se do que em taes casos faria uma camara activa, avaliar tambem a miseria, em que nos achamos.

Quanto ao arrematante direi: dois lampeões, em distancia um pouco maior, parece-me não poder dar-se, como causa, para se annullar a arrematação.

Seria melhor dizer-se, que se não pode tomar conta d'ella, porque se perde.

Era uma razão mais forte e louvavel, porém, antes de começar-se uma cousa, costuma-se pezar as consequencias que d'ahi dimanam, quando ha uma cabeça para isso.

De ordinario leva-se a graves consequencias aquelle que a si quer chamar tudo, sem ter aonde accommodar cousa alguma.

Agora consta-me que a camara quer prescindir dos dois lampeões d'alem da ponte.

Esta deliberação desde muito que devia tomar-se, porque já se podia ter obstado a que se repetissem cer-

